

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 5ª Reunião Extraordinária – 28/09/2012 - 09h00min

Edifício Franz Wilhelm Dafert do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) - Campinas-SP

1 **1. Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação  
2 da reunião foram encaminhadas em 26/09/2012 a  
3 todos os membros da Câmara Técnica, por meio de  
4 mensagem eletrônica transmitida por seu  
5 coordenador João Primo Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo  
7 Coordenador João Baraldi João Primo Baraldi  
8 agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião,  
9 citando quena última reunião ordinária foi  
10 apresentada uma importante palestra sobre a lei  
11 florestal vigente proferida pela Dra. Maria José Brito  
12 Zakia. Após dar boas vindas aos presentes, passou  
13 para a apresentação dos membros presentes, os  
14 participantes se apresentaram, dizendo seus nomes  
15 e instituições que representam

16 **3. Membros Presentes:** Estavam presentes à  
17 reunião os seguintes membros: Denis Herisson da  
18 Silva da CATI; Petrus Weel da Cooperativa  
19 Holambra; Isabella Clerici de Maria do IAC;  
20 Waldemar Bobbo do IPSA; Rogério Aurieme PM de  
21 Atibaia; José de Sordi Neto e Augustinho Celso  
22 Piconi da PM de Nova Odessa; Luiz A. C. S. Brasi,  
23 representante do Rotary Internacional; Déborah  
24 Maria Ciarelli da SABESP; João Primo Baraldi do  
25 Sindicato Rural de Rio Claro; José Euclides Stipp  
26 Paterniani FEAGRI/UNICAMP; Elaine Franco de  
27 Campos Agência das Bacias PCJ; Claudia Grabher  
28 – CTRN; Sérgio Zanzin Teuel do IVG; Marina  
29 Campos da TNC; João Carlos Ribeiro Sindicato  
30 Rural de Bragança.

### 31 **4. Participação da CT-RURAL:**

32 A seguir passou a palavra para Waldemar Bóbbio  
33 que fez uma breve homenagem para o Rio  
34 Corumbataí, cujo dia é comemorado nesta data  
35 conforme a lei 3887, sob salva de palmas. A seguir  
36 João Baraldi convocou os coordenadores dos  
37 grupos de trabalho GT-Acompanhamento para  
38 apresentar o relatório de visita referente ao Projeto  
39 Produtor de Água. Isabella Clerici De Maria (IAC) e  
40 Petrus Weel (Cooperativas Holambra) apresentaram  
41 um relatório em que a maioria dos projetos  
42 executados foi aprovada, mas várias atividades  
43 necessitam de adequação e/ou ainda necessitam  
44 ser executados. Denis Herisson da Silva solicitou  
45 envio da cópia do relatório por e-mail para  
46 disponibilização para consulta da CT-Rural. Petrus  
47 Weel informou que as atividades devem ser  
48 realizadas com urgência nas áreas que precisam  
49 manutenção e/ou implantação das atividades  
50 previstas, pois há o risco de comprometimento do

51 projeto e propôs uma nova avaliação para daqui três  
52 meses. Marina Campos da "The Nature  
53 Conservancy" (TNC) informou que um dos  
54 responsáveis, Ricardo Viani, não faz mais parte da  
55 equipe e explicou que o houve problemas no  
56 desenvolvimento do projeto, com atrasos no  
57 repasse de recursos para execução dos projetos,  
58 dificuldades burocráticas e mudanças nos  
59 executores das atividades. Informou ainda que erros  
60 de projeto e problemas de execução que devem ser  
61 analisadas pela unidade de gerenciamento de  
62 projetos (UGP). Luiz Brasi (Rotary Internacional)  
63 informou que a CT-Rural vem acompanhando  
64 rigorosamente o projeto e as ações da UGP e  
65 propôs que a mesma deve marcar presença e  
66 participar sistematicamente destas reuniões para ter  
67 conhecimento dos fatos e ainda alerta que os  
68 membros da CT-Rural precisam também ter  
69 conhecimento das alterações efetuadas no projeto  
70 original. O grupo também apontou uma série de  
71 problemas relacionados aos projetos técnicos e que  
72 pelo fato de ser um projeto piloto, é normal que  
73 aconteçam tais imprevistos, mas que devem ser  
74 pormenorizados e resolvidos com vistas à  
75 elaboração dos projetos futuros. Isabella acredita  
76 que o projeto deve ser passível de mudança em  
77 decorrência destes problemas. Seguiu-se discussão  
78 sobre os erros e acertos do projeto, em relação aos  
79 seus objetivos iniciais. João Baraldi falou que os  
80 projetos devem ser realizados com cautela e jamais  
81 deve gerar uma decepção ao produtor. Com relação  
82 ao PSA, João proferiu que os erros de projeto e  
83 execução são alheios à vontade do produtor e que,  
84 por isso, o pagamento do serviço ambiental deve  
85 ser realizado integralmente ao beneficiário. A seguir  
86 a plenária prosseguiu as discussões sobre a  
87 legitimidade do pagamento integral ao produtor,  
88 quando o projeto não foi realizado ou tem pendência  
89 de execução. Foi levantada a hipótese de realizar o  
90 pagamento parcial, entretanto Luiz Brasi  
91 recomendou que fosse feita uma consulta prévia  
92 junto ao Comitê sobre esta possibilidade. A plenária  
93 chegou ao consenso que o pagamento junto ao  
94 produtor deve ser integral, que a executora do  
95 projeto deve realizar as atividades pendentes do  
96 projeto em três meses para uma nova vistoria e que  
97 os erros do projeto devem ser reavaliados pela  
98 UGP. Cláudia Grabher enfatizou que os produtores  
99 nem sempre desejam o PSA em dinheiro e que os  
100 produtores devem ser mais ouvidos quanto aos  
101 seus anseios. Sugeriu também a realização de uma  
102 oficina para avaliação do projeto, uma vez que se

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 5ª Reunião Extraordinária – 28/09/2012 - 09h00min

Edifício Franz Wilhelm Dafert do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC) - Campinas-SP

103 trata de projeto piloto e a experiência obtida será  
104 importante para outros projetos.

105 Após as discussões, João Baraldi solicitou ao  
106 secretário um resumo sobre as deliberações e  
107 prazos, ficando deliberado: a) A TNC deverá  
108 apresentar em sete dias úteis um relatório  
109 atualizado do projeto (incluindo novos parceiros e  
110 recursos disponíveis); b) verificar junto a sua  
111 consultoria jurídica se o pagamento aos produtores  
112 referente ao PSA pode ser realizado integral ou  
113 parcialmente; c) tomar as providências para  
114 regularizar as pendências observadas pela equipe  
115 que acompanhou a visita junto aos produtores  
116 beneficiados pelo projeto dentro dos próximos três  
117 meses d) Indicar um técnico para atuar junto ao  
118 projeto. 2) Findados os prazos, na reunião seguinte,  
119 poderá a CT-Rural propor a continuidade ou não da  
120 TNC no projeto produtor de água conforme as  
121 providências adotadas.

122 **6. Informes e Considerações Finais:** Os  
123 Coordenadores agradeceram e externaram sua  
124 satisfação com o empenho da Marina Campos  
125 frente aos problemas que está encontrando logo no  
126 início de suas atividades junto a CT-Rural. João  
127 Baraldi finalizou a reunião e agradeceu com  
128 veemência o acompanhamento da equipe de  
129 acompanhamento junto aos produtores rurais e que  
130 seria propício que esta menção fosse feita pelo  
131 próprio Comitê – PCJ. Eu Denis Herisson da Silva,  
132 digitei a presente ata que será submetida a  
133 apreciação na reunião seguinte.

134  
135 Piracicaba, 28 de setembro de 2012.

136  
137 João Primo Baraldi  
138 Coordenador  
139  
140 Luiz A,C,S,Brasi  
141 Coordenador Adjunto  
142  
143 Denis Silva  
144 Secretário da CT-Rural  
145